

COVID-19: DESAFIOS, DIFICULDADES E PERSPECTIVA NA PRÁTICA DOCENTE

COVID-19: CHALLENGES, DIFFICULTIES, AND PERSPECTIVE IN TEACHING PRACTICE

COVID-19: DESAFÍOS, DIFICULTADES Y PERSPECTIVA EN LA PRÁCTICA DOCENTE

Neusenir Silva Machado Oliveira ¹

Lahiane Ismênia Alves Cruz ²

Sandra Eliza Guimarães ³

Manuscrito recebido em: 07 de janeiro de 2021.

Aprovado em: 06 de outubro de 2021.

Publicado em: 04 de novembro de 2021.

Resumo

A sociedade mundial em 2020 foi impactada pela pandemia causada pela covid-19, forçando todos os setores a planejarem alternativas para conter a transmissão do surto pandêmico. Assim, uma das estratégias mais propagadas foi o isolamento social, a exemplo do fechamento de estabelecimentos e escolas (creches, colégios, faculdades e universidades). Contudo, para tentar conter a defasagem da aprendizagem no Brasil, o ensino remoto passou a ser uma alternativa, as mídias digitais passaram a ser a melhor via para manter contato com os discentes de todas as regiões brasileiras, obrigando professores à utilização de recursos tecnológicos. Este estudo tem como base um levantamento bibliográfico com o objetivo de pesquisar e descrever os desafios e as dificuldades que o professor da educação básica enfrenta nesse período de Pandemia, os impactos e as consequências na vida do professor, os entraves e dilemas na implementação e execução das aulas remotas, avaliando as perspectivas para o retorno das aulas presenciais.

Palavras-chave: Coronavírus; Educação; Ensino remoto.

Abstract

World society in 2020 was impacted by the pandemic caused by the covid-19, forcing all sectors to plan alternatives to contain the transmission of the pandemic outbreak, thus, one of the most propagated strategies was the social isolation, like the closing of establishments and schools (kindergartens, colleges, universities). However, to try to contain the learning gap in Brazil, remote teaching becomes an alternative, the media become the best way to keep in touch with students from all Brazilian regions, forcing teachers to use technological resources. This study is based on a

¹ Especialista em Psicologia Educacional pelas Faculdades Integradas de Patos. Professora na Rede Municipal de Educação de Angical.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6272-0041>

Contato: nirmsmo2014@hotmail.com

² Especialista em Gestão e Orientação Educacional pela Faculdade de Patrocínio.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6054-2790>

Contato: lahianealves@hotmail.com

³ Doutora em Biotecnologia Vegetal pela Universidade Federal de Lavras. Docente na Universidade do Estado da Bahia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2939-6833>

Contato: seguimaraes@uneb.br

bibliographic survey with the objective of researching and describing the challenges and difficulties that the teacher of basic education faces in this period of Pandemic, the impacts and consequences on the teacher's life, the obstacles and dilemmas in the implementation and execution of remote classes, assessing the prospects for the return of presential classes.

Keywords: Coronavirus; Education; Remote teaching.

Resumen

La sociedad mundial en 2020 fue impactada por la pandemia provocada por el covid-19, obligando a todos los sectores a planificar alternativas para contener la transmisión del brote pandémico, por lo que una de las estrategias más propagadas fue el aislamiento social, como el cierre de establecimientos y escuelas (guarderías, colegios y universidades). Sin embargo, para tratar de contener la brecha de aprendizaje en Brasil, la enseñanza a distancia se convierte en una alternativa, los medios de comunicación se convierten en la mejor manera de mantenerse en contacto con los estudiantes de todas las regiones brasileñas, lo que obliga a los profesores a utilizar los recursos tecnológicos. Este estudio se basa en una encuesta bibliográfica con el objetivo de investigar y describir los desafíos y dificultades que enfrenta el docente de educación básica en este período de Pandemia, los impactos y consecuencias en la vida del docente, los obstáculos y dilemas en la implementación y ejecución de clases remotas, evaluando las perspectivas de retorno de las clases presenciales.

Palabras clave: Coronavirus; Educación; Enseñanza remota.

Introdução

Após a chegada da COVID-19 no Brasil, doença respiratória causada pelo vírus Sars-cov-2, que teve início na cidade de Wuhan localizada na China, diversas medidas de controle e prevenção foram tomadas pelas autoridades de saúde locais em diferentes esferas administrativas, requisitando ações do governo federal, estadual e municipal. Nesse sentido, foram criadas algumas medidas que fossem eficazes no controle da disseminação da doença, sendo que uma das medidas mais difundida pelas autoridades de saúde foi a prática do distanciamento social, entendida de forma geral pela população e pela mídia, como isolamento social, situações bem parecidas.

Mas, o que é mesmo isolamento social? “O isolamento social é o estado no qual a pessoa tem pouco contato com outras pessoas, tem uma quantidade mínima de contatos sociais e há dificuldade na manutenção e qualidade dos relacionamentos” (NICHOLSON, 2009 apud MARQUES, 2020).

O isolamento social pode ser de duas maneiras: o vertical, para pacientes que compõem o grupo de risco para a doença, esses ficam isolados; ou horizontal, nesse caso, somente os serviços essenciais são mantidos. O isolamento social horizontal é uma medida em que se isola o maior número de pessoas em suas residências e, por esse motivo, é o mais indicado no cenário atual, uma vez que apresenta maior potencial para conter a epidemia (MOREIRA, OLIVEIRA GONÇALVES, 2020).

O distanciamento social por sua vez consiste na diminuição de interação entre as pessoas de uma comunidade visando amenizar a velocidade de transmissão de uma doença. Ele pode ser ampliado ou seletivo. No primeiro, o distanciamento é aplicado para todos; já no segundo, o grupo de risco deve permanecer em domicílio (MOREIRA, OLIVEIRA GONÇALVES, 2020).

Na modalidade de distanciamento social ampliado, as medidas foram aplicadas para todos, havendo o fechamento de comércios, indústrias, instituições de ensino, escolas, creches, cursos preparatórios, universidades e qualquer evento que pudesse gerar aglomeração de pessoas, mantidos somente os serviços essenciais e o trabalho em casa que teve adesão por vários profissionais e instituições.

Neste contexto, o sistema educacional, assim como todas as áreas da sociedade, busca alternativas para se adaptar à nova realidade de forma que possa atender a demandas dos envolvidos. Dessa forma, começaram os desafios em torno da educação, em que os profissionais se viram obrigados a adaptar-se ao novo modelo de ensino.

Esse artigo de cunho bibliográfico tem como objetivo descrever os desafios e a dificuldades que o professor de educação básica enfrenta nesse período de Pandemia/Covid-19, bem como os impactos e as consequências na sua vida profissional, explicar os maiores entraves e dilemas na implementação e execução das aulas remotas, e por último, avaliar as perspectivas para o retorno das aulas presenciais no Oeste da Bahia.

Desafios na educação no enfrentamento a pandemia

A pandemia da Covid-19 vem trazendo imensos desafios para todos os setores no Brasil e no mundo. Na tentativa de reduzir a amplitude da disseminação do novo Coronavírus, medidas de distanciamento social têm sido adotadas.

Na Educação, tais medidas significam, em linha geral, o fechamento de escolas públicas e particulares, com a conseqüente interrupção de aulas presenciais. Até 02 de abril de 2020, o fechamento de escolas tinha afetado mais de 91% da população estudantil do mundo conforme demonstrado na figura 1. Os números correspondem à quantidade de alunos matriculados, separados em feminino e masculino, nos níveis de ensino pré-primário, primário, secundário inferior e secundário superior, e terciário que é o ensino superior.

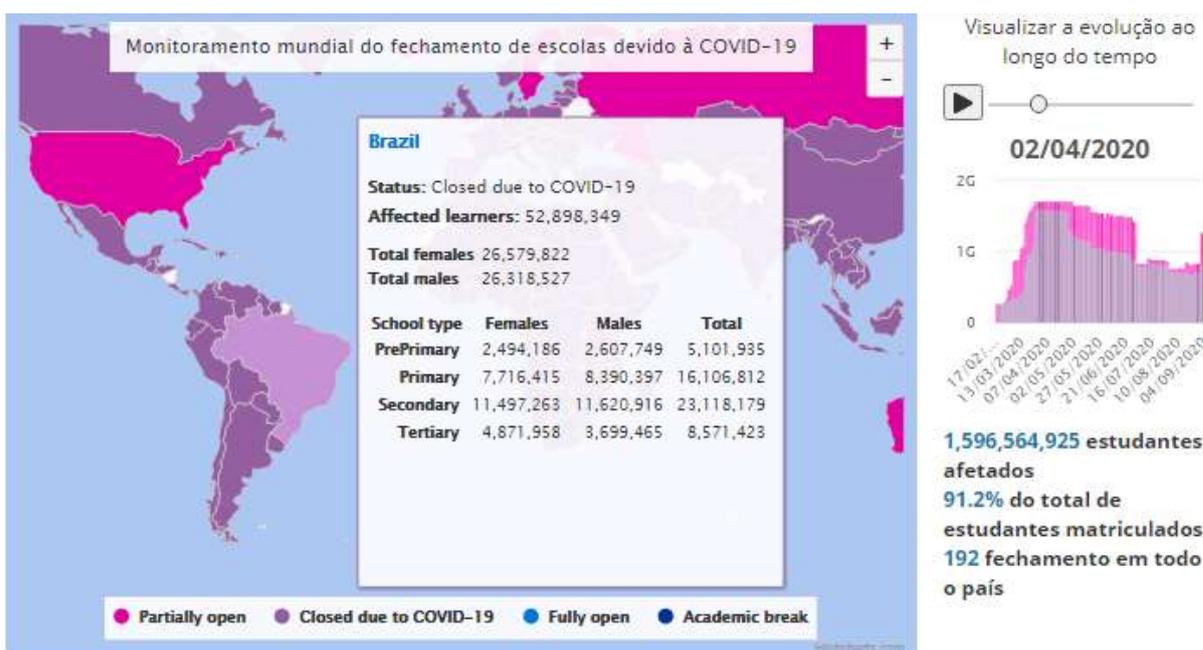


Figura 1. Impacto da covid-19 na educação mundial, monitorado pelo Instituto de Impacto da covid-19 na educação mundial e pelo Instituto de Estatística da Unesco. **Fonte:** UNESCO, 2020.

Milhões de estudantes estão sem aulas com o fechamento total ou parcial de escolas e universidades em mais de 150 países devido à pandemia do coronavírus. No Brasil, as aulas presenciais estão suspensas em todo o território nacional e essa situação, além de imprevisível, deverá seguir ritmos diferenciados nos diferentes Estados e Municípios, a depender da extensão e intensidade da contaminação pela COVID-19 (BRASIL, 2020a).

Segundo dados do Censo Escolar de 2019 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Brasil tem 47,9 milhões de estudantes na Educação Básica e 8,4 milhões no Ensino Superior, portanto, uma população de 56,3 milhões de estudantes fora das salas de aula desde março de 2020 (BRASIL, 2020b).

A Educação, por ser um direito de todos, prevista no artigo 205 da Constituição Federal da República, (BRASIL, 1996.) é dever do Estado e da família promover e incentivar com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, e em tempos de pandemia, não é diferente, como não tem condições de ter aulas de maneira presencial, por motivo de saúde pública, iniciou então, o ensino não presencial inspirado na modalidade Educação a Distância.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade que surgiu com cursos que eram realizados por correspondência, que contavam com o apoio das redes de comunicação da época, como rádio, televisão e revistas. Quando a internet chegou às casas brasileiras, as instituições de ensino superior começaram a explorar essa nova oportunidade de transmitir conhecimento através das mídias, e com a reforma educacional, instaurada pela Lei nº 9.394 de 1996, que regulamentou as diretrizes para a educação e estabeleceu no seu Art. 8o, o incentivo do poder público ao desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como na educação continuada (BRASIL, 1996). Porém, o Ministério da Educação (MEC) regulamentou a Educação a Distância (EaD) em todo território nacional pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, a partir desse momento, iniciou-se o processo de organização para credenciar oficialmente as instituições universitárias (BRASIL, 1998).

No Brasil, o que a legislação permite por intermédio do Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017 no Art. 9º é a oferta de ensino fundamental na modalidade a distância em situações emergenciais, previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, se refere a pessoas que (BRASIL, 2017):

- I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial;
- II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo;
- III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial;
- IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira;
- V - estejam em situação de privação de liberdade; ou
- VI - estejam matriculadas nos anos finais do ensino fundamental regular e estejam privadas da oferta de disciplinas obrigatórias do currículo escolar (BRASIL, 2017).

Com o surgimento da pandemia, durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, (BRASIL, 2020C) tornou-se necessária a obrigatoriedade do ensino a distância para todas as modalidades de ensino, desde a educação infantil ao ensino superior, essa última já comungava dessa modalidade. Como medida para conter a propagação do coronavírus e com o objetivo de que os estudantes não ficassem prejudicados em seus estudos e também como ação de acolhimento, o ensino não presencial foi o principal meio de interação entre professor e os estudantes.

E nesse período de calamidade, o ensino a distância tem uma nova denominação, ensino remoto, em que predomina uma adaptação temporária das metodologias utilizadas no regime presencial, com aulas na maioria das vezes no mesmo horário e com os mesmos professores das aulas presenciais. Muitas instituições de ensino passaram a utilizar ferramentas e aplicativos diversos, para cumprir as obrigações escolares em casa. A utilização da tecnologia como apoio educacional na facilitação das práticas e desenvolvimento das aulas em busca de novos conhecimentos fez com que os alunos se tornassem autores e coprodutores de sua aprendizagem, sendo necessário seguir as diretrizes de orientação aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, através da Lei nº 14.040, de agosto de 2020, para as escolas de educação básica e instituições de ensino superior, Art. 2, parágrafo 4, deixando a critério dos sistemas de ensino desenvolver atividades pedagógicas não presenciais (BRASIL, 2020d). Ressalta-se que, anterior a essa lei, foi flexibilizada a obrigatoriedade do cumprimento de, no mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar.

O Art. 1º da Medida Provisória nº 934 (2020) destaca (BRASIL, 2020e):

O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, [...], desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Para estabelecer o direito do aluno à aprendizagem, o Conselho Nacional de Educação (CNE) submete o Parecer nº 05 / 2020 à aprovação com a seguinte redação.

A fim de garantir atendimento escolar essencial, propõe-se, excepcionalmente, a adoção de atividades pedagógicas não presenciais a serem desenvolvidas com os estudantes enquanto persistirem restrições sanitárias para presença completa dos estudantes nos ambientes escolares. Estas atividades podem ser mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, principalmente quando o uso destas tecnologias não for possível. A realização destas atividades encontra amparo no Parecer CNE/CEB nº 5, de 7 de maio de 1997, que indica não ser apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com e exclusividade a atividade escolar. Esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados (BRASIL, 2020a).

Portanto, novos desafios foram tomando conta da vida do professor, muitas dúvidas começaram a surgir, por exemplo, como promover aprendizado à distância em um tempo de tanta insegurança e medo? Aprender a adaptar-se as aulas virtuais não é nada fácil, principalmente, sem um prévio treinamento pedagógico e tecnológico. Tudo isso no contexto de stress por estarem confinados em casa, com familiares, afazeres domésticos, vivendo no contexto de uma pandemia mundial.

As dificuldades que o professor de Educação Básica enfrenta nesse período de pandemia são inúmeras. Primeiro, por ser uma diferente maneira de ensinar; segundo, aprender e superar a insegurança na utilização de novas técnicas ou tecnologias, além da necessidade de resgatar o estudante que ficou tanto tempo distante do ensino e precisa ser atraído para que possa participar das aulas não presenciais.

Todas essas questões são somadas com as dificuldades que o Brasil apresenta neste momento, tais como: as desigualdades sociais são mais reforçadas pela população mais vulnerável do país, as diferenças de acesso dos brasileiros à proteção social, serviços públicos de saúde e trabalho que possibilitem a geração de renda, indisponibilidade de internet e o acesso às ferramentas digitais que ficaram ainda mais evidentes.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínuo (PNAD Contínuo 2017/2018) divulgada em abril de 2020, existem muitos brasileiros com dificuldade de acesso à internet, do total de 71,7 milhões de domicílios brasileiros, 58,3% não têm computador, 33,6% não possuem telefone móvel celular e entre aqueles que têm computador e celular, 20,9 % deles não há acesso à internet (IBGE, 2020).

Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE, nas zonas rurais, o índice de pessoas sem acesso à internet é ainda maior que nas cidades, 50,8 % dos domicílios da zona rural não têm acesso à internet, já na área urbana, apenas 16,2% da população não possui acesso. Outras causas para a não utilização da internet é o não saber usar, apontado pela pesquisa por 1% das pessoas em áreas urbanas, e 20,7 % das pessoas de zona rural (IBGE, 2020).

A pesquisa do IBGE diz ainda que o ano 2018 fechou com 135,9 milhões de pessoas conectadas à internet, na população de 10 anos ou mais de idade, entretanto registrou que 4,5% das pessoas em todo o Brasil não acessam a web por falta de serviços disponíveis nos locais em que elas moram, pois existe a dificuldade em fazer com que a internet chegue a certas regiões do país (IBGE, 2020).

A maior quantidade de famílias off-line foi registrada no Nordeste, 64,0% da população nordestina tiveram acesso à internet em 2018 e o maior índice de inclusão digital foi registrado no Sudeste e Centro-Oeste, onde 81,1% e 81,5% dos lares tinham o serviço. Certas regiões brasileiras têm menos de 2,0 % de pessoas que acessam a internet (IBGE, 2020).

Essas questões se agravam quando pesquisas realizadas registram que, no Brasil, há a baixa qualidade dos serviços de energia elétrica. 47% dos consumidores não recebem um serviço de energia elétrica adequado, sendo que os moradores das regiões Norte e Centro-Oeste são os mais prejudicados com 51% e 62%, respectivamente. Essas informações foram retiradas da pesquisa realizada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) que analisou a quantidade e duração das falhas de fornecimento de eletricidade em níveis nacional e regional, entre 2011 e 2017 (IDEC, 2019).

A exemplo, tivemos o caso do Amapá em novembro de 2020 que permaneceu 22 dias em situação de apagão e rodízio de energia elétrica, atingindo 89% por cento da população. Cerca de 765 pessoas ficaram sem luz (GLOBO NOTÍCIAS, 2020). Problemas desse porte, causam uma série de transtornos, desde a falta do fornecimento de água até a falha dos serviços de telecomunicações. Esse último causa o impedimento à educação a distância, reduzindo o número de estudantes que tem acesso às aulas midiáticas.

É interessante deixar claro que as aulas remotas nem sempre precisam de internet, mas de meios para haver a comunicação entre professor e aluno, que pode ser rádio, televisão, atividades impressas ou outros instrumentos que facilitem esse contato. De qualquer forma, a energia elétrica é um artifício primordial para que as metodologias indicadas acima aconteçam.

Segundo o CNE-2020 o que são essas aulas não presenciais (BRASIL, 2020a):

A realização das atividades pedagógicas não presenciais não se caracteriza pela mera substituição das aulas presenciais e sim pelo uso de práticas pedagógicas mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem o desenvolvimento de objetivos de aprendizagem e habilidades previstas na BNCC, currículos e propostas pedagógicas passíveis de serem alcançados através destas práticas. Assim sendo, as atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares.

Para o Parecer nº 05/2020 aprovado em 28/04/2020, as aulas não presenciais são entendidas como (BRASIL, 2020a):

Aquelas a serem realizadas pela instituição de ensino com os estudantes quando não for possível a presença física destes no ambiente escolar. A realização de atividades pedagógicas não presenciais visa, em primeiro lugar, que se evite retrocesso de aprendizagem por parte dos estudantes e a perda do vínculo com a escola, o que pode levar à evasão e abandono.

O desenvolvimento do efetivo trabalho escolar por meio de atividades não presenciais é uma das alternativas para reduzir a reposição de carga horária presencial ao final da situação de emergência e permitir que os estudantes mantenham uma rotina básica de atividades escolares mesmo afastados do ambiente físico da escola (BRASIL, 2020a), entretanto, verifica-se que para o professor essa prática se transforma em uma dupla jornada, visto que além das atividades laborais, ele também tem outras ocupações por estar fora dos muros da escola.

- Aulas não presenciais, impactos e consequências na vida do professor

Neste período de distanciamento social e ensino não presencial, o professor está vivenciando formas de expressão com diferentes linguagens digitais, como fotografia, áudio e vídeo, em variados tipos de aplicativos, na tentativa de combiná-las para chegar a uma boa proposta pedagógica.

Aprender a gravar e editar vídeos, trabalhar em salas virtuais, utilizar novos aplicativos e plataformas digitais são atividades recentemente introduzidas na rotina de muitos professores, e essa transição obrigatória e abrupta do presencial para as inclusões virtuais traz insegurança e angústia, pelo fato de que poucos professores tiveram a formação adequada para lecionar a distância.

Sabe-se que preparar uma aula remota é bem diferente da prática em que o aluno está presente na sala de aula, a dinâmica de interação entre os pares modifica, as formas de comunicação com familiares mudam e o conhecimento das tecnologias educacionais é imprescindível.

Essas afirmativas são confirmadas por uma pesquisa sobre o trabalho dos professores da rede pública do Brasil, durante a pandemia. Esse estudo foi realizado pelo Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE-2020), que sinaliza os seguintes dados (CNTE, 2020):

- Somente 28,9% dos respondentes afirmam possuir facilidade para o uso de tecnologia digital;
- 89% não tinham experiência anterior à pandemia para dar aulas remotas – e 42% dos entrevistados afirmam que seguem sem treinamento, aprendendo tudo por conta própria. Para 21%, é difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais;
- 53,6% dos professores (a) das Redes Municipais de Ensino NÃO receberam nenhum tipo de formação para uso de tecnologias digitais;
- 24,6% Entre os (as) professores (as) que relataram terem participado ou estar participando de atividades de formação para o uso de tecnologias digitais, a maior parte afirma que essas atividades são oferecidas pelas Secretarias de Educação;
- Embora possuam recursos tecnológicos, mais da metade (53,6%) não possui preparo para ministrar aulas não presenciais;
- Caso precisassem realizar atividade de ensino à distância, apenas 3 a cada 10 professores (as) da Educação Básica possuem tantos recursos tecnológicos quanto preparo necessário à realização das atividades;
- 83% dos professores possuem recursos, em casa, para ministrar aulas não presenciais. Desses docentes, a metade compartilha os recursos com outras pessoas no domicílio e, a outra parte, faz uso exclusivo dos recursos tecnológicos;
- 9 a cada 10 professores (as) utilizam o telefone celular na realização das aulas a distância;
- 2 a cada 3 participantes possuíam internet banda larga;
- 24,0% dos respondentes utilizavam dados do plano de celular para ministrar as aulas remotas.

Os resultados dessa pesquisa mostram o quanto que o professor se desestabilizou durante a pandemia, as dificuldades que surgiram ao lidar com a nova realidade, e muito esforço pessoal foi gerado para transmitir a aprendizagem aos estudantes durante a emergência de saúde provocada pelo coronavírus. Isso contribuiu para que a saúde psicológica do professor ficasse fragilizada.

Verifica-se ainda com a pesquisa do GESTRADO/UFGM que uma quantidade bastante reduzida de professores afirma possuir facilidade para o uso de tecnologia digital durante esse período emergencial, e poucos são aqueles que receberam cursos ou treinamentos para o uso dessas tecnologias, tendo que buscar essa capacitação por conta própria, assistindo tutoriais ou com outros colegas de trabalho.

Além disso, um número significativo dos educadores brasileiros, pertencente a Rede Pública de Ensino, mesmo tendo recursos tecnológicos em casa, ou internet de boa qualidade, não possuem preparo técnico e psicológico para a realização das atividades não presenciais, por não se sentirem confortáveis ao se exporem e serem

julgados em sentidos diversos, por não saberem dominar as ferramentas digitais, por existir várias exigências em torno do que ensinar, pela exigência do cumprimento do currículo, pela ansiedade vivida, por si sentirem sozinhos em frente a uma tela plana na ausência da interação limitada entre aluno e professor, e por tantas outras coisas que permeia esse momento (CNTE, 2020).

Nesse sentido, o estado emocional dos professores é colocado à prova, pois a

Exaustão e os traumas estão sendo instituídos. O ensino remoto tem deixado suas marcas... para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam os potenciais da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura (SANTOS, 2020).

A pesquisa ainda apontou que 82% dos professores estão dando aula dentro de casa e relataram que as horas de trabalho aumentaram, uma vez que a preparação das aulas remotas torna-se bem mais demorada do que a das aulas presenciais, e a sobrecarga de trabalho que antes da pandemia já não era leve, por esses dias, indicam estarem em jornada dupla, com cobranças ilimitadas a todo o momento. Tendo que atender as dúvidas surgidas pelos alunos a qualquer período, e recebendo as atividades que retornam sem horários fixos ou delimitados (CNTE, 2020).

Com essa dinâmica de trabalho, os professores durante as aulas pelas plataformas digitais, ainda ficam expostos e sujeitos a julgamentos. A sua privacidade, seu ambiente de trabalho ou sua sala de estudo está visível para todos que estejam além daquela tela, não somente ao aluno, mas também a família que muitas vezes assiste às aulas. O professor está sujeito a críticas, a abusos, julgamentos equivocados. Esses são exemplos dos diversos desafios enfrentados no momento em que está à disposição do aluno ao explicar algum conteúdo. São analisadas suas vestimentas, sua didática, seu comportamento frente às câmeras, até a sua linguagem é alvo de críticas.

Uma enquete, realizada pelo “Eu Ensino” em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), até o mês de setembro de 2020, com mais de mil educadores de mais de 22 estados e 60 municípios brasileiros, das redes públicas e privadas, desde a educação infantil ao Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), reflete a realidade dos professores brasileiros. Os dados da pesquisa intitulada “Desafios enfrentados pelos educadores na pandemia”, realizada pelo CENPEC, mostra que a falta de conhecimento para adaptar as aulas ao novo formato de ensino está representado por 431 pesquisados, os problemas de acesso à internet está representado por 422 pesquisados e o distanciamento social representado até o momento por 240 professores pesquisados, essas são as principais dificuldades sinalizadas pelos educadores no contexto atual, de acordo com a figura 2 (ABE, 2020).

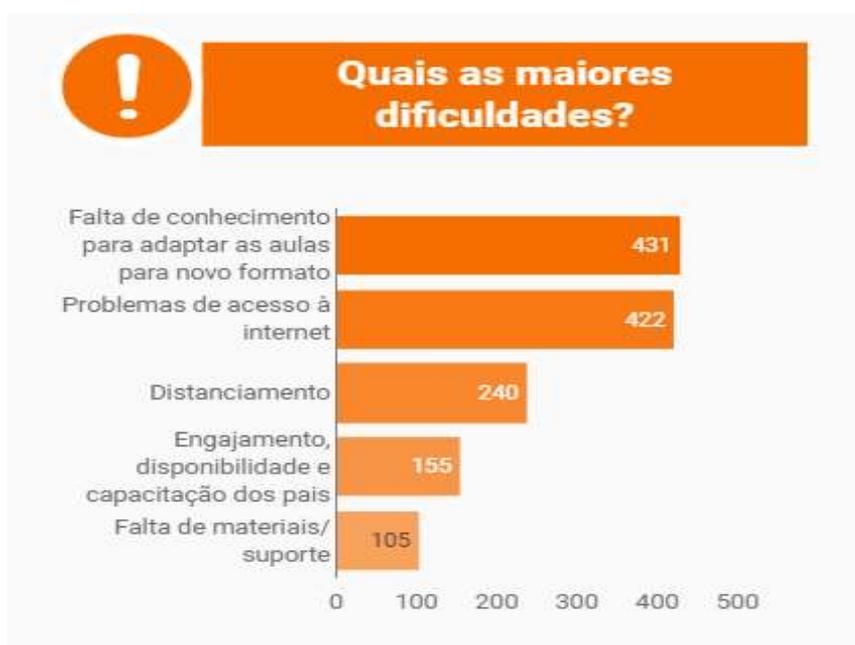


Figura 2. Enquete, realizada pelo “Eu Ensino” em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. “Desafios enfrentados pelos educadores na pandemia” (CENPEC). **Fonte:** PORTAL CENPEC EDUCAÇÃO, 2020.

Nessa mesma enquete, quando perguntado aos professores sobre os temas que gostariam de aprofundar na utilização de ferramentas online nesse momento, 807 profissionais educadores responderam que gostariam de se aprofundar em ferramentas online, com cursos e aperfeiçoamentos para melhorar o desempenho, produtividade e

bons resultados em suas aulas. Em segundo lugar responderam que gostariam de aprofundar nas disciplinas específicas, ficando em terceiro lugar a necessidade de aprofundar nas metodologias de ensino, que se dão de forma virtual nesse período de pandemia. Com o número bem aproximado, os educadores também gostariam de se aprofundar nas competências socioemocionais, ao evoluir no autoconhecimento para conhecer melhor os alunos e contribuir eficazmente no bem-estar na vida do discente, conforme representado na figura 3 (ABE, 2020).



Figura 3. Enquete, realizada pelo “Eu Ensino” em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. “Desafios enfrentados pelos educadores na pandemia” (CENPEC). **Fonte:** PORTAL CENPEC EDUCAÇÃO, 2020.

Nesse contexto, sabe-se da necessidade das aulas não presenciais, a iniciativa de aulas online, EAD ou remota, é uma estratégia válida para manter as atividades escolares enquanto as escolas se mantiverem fechadas. Mesmo sem formação tecnológica adequada, o professor está se reinventando para conseguir superar esse desafio, sendo assim muitos deles gostariam de dar aulas remotamente, dos respondentes, são 835 professores gostariam de dar aulas remotamente, mas devido à falta de preparação não sabem como fazer; 704 professores sinalizam o desejo de dar aulas de forma remota e se sentem preparados; apenas 182 pessoas não tiveram o interesse por esta proposta, de acordo registro da figura 4 (ABE, 2020).



Figura 4. Enquete, realizada pelo “Eu Ensino” em parceria com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. “Desafios enfrentados pelos educadores na pandemia” (CENPEC). **Fonte:** PORTAL CENPEC EDUCAÇÃO, 2020.

Esse resultado reflete a dedicação dos professores, que mesmo em tempos complicados como o de agora, estão se desafiando a romper certas barreiras, os dilemas do ensino são constantes, todavia não deixam de tentar realizar o seu trabalho.

- Alguns entraves e dilemas na implementação e execução das aulas remotas das redes públicas de ensino

Praticamente todas as redes públicas Federais, Municipais e Estaduais de educação do país interromperam as aulas até segunda ordem. No caso da educação privada, a decisão mais comum foi continuar a oferecer o conteúdo do ano letivo submetendo os alunos ao sistema de educação a distância, com áudio e videoaulas gravadas ou ao vivo disponibilizadas em plataformas pela internet.

Professores e alunos foram submetidos ao projeto de imersão digital, intensificando a formação, ofertando novas ferramentas, dando condições de adaptação aos recursos tecnológicos com estrutura montada para o ensino digital. Mas, a execução das aulas remotas nas Redes Públicas de Ensino teve variados entraves.

Mesmo com a necessidade do Sistema Educacional ter que se reinventar, em geral, o ensino a distância não contempla todos os alunos. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, um em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet, cerca de 46 milhões de brasileiros não acessam a rede[...]. Sem contar o fato de muitas pessoas não terem os materiais didáticos necessário para estudar fora do ambiente escolar (PEREIRA, 2020).

Alcançar 100% dos discentes em todo o Brasil seria fator essencial para ocorrer as aulas remotas. Como coloca a Declaração Universal dos Direitos Humanos, “toda pessoa tem direito à educação”, esta regra está indo contra os últimos acontecimentos durante a pandemia/covid19. Entretanto, somente tem aula a distância aquele discente que possui internet banda larga e instrumentos digitais, excluindo um número considerável de estudantes que não possuem recursos suficientes para esses fins.

O trabalho docente remoto exige também que na outra ponta as condições de sua realização estejam asseguradas. Nesse sentido, não basta que somente os(as) professores(as) possuam os meios necessários para sua realização, mas é indispensável que os estudantes também. Na visão dos profissionais, 1 a cada 3 estudantes não possui acesso aos recursos para acompanhamento das aulas e realização das atividades, o que constitui um entrave para a realização do ensino remoto (CNTE, 2020).

Os desafios para a inclusão digital ainda são imensos no País como afirma Couto, Couto, Cruz (2020):

As desigualdades sociais também são acompanhadas de exclusão digital. O acesso à Internet continua desigual no País. No Brasil, praticamente metade da população não tem acesso à Internet ou tem acesso limitado e instável. As desigualdades no acesso e usos da Internet em muitas áreas urbanas periféricas e zonas rurais reforçam as diferenças marcadas por vulnerabilidades sociais.

A universalização do acesso à escola é um dos grandes avanços sociais após a Constituição Federal de 1988, mas ainda não possui o efeito equalizador desejado e esperado, e a pandemia ainda distanciou um pouco mais desse propósito. As Leis, Diretrizes e Bases que temos na educação ainda não conseguem ser empregadas da mesma forma em todas as regiões brasileiras, temos um território muito grande e adverso, e a dificuldade de acesso à educação para certas regiões é ainda caótica, reforçando as diferenças de acordo com a cor, gênero e classe social.

No Nordeste, três em cada cinco adultos (60,1%) não completaram o ensino médio. Entre as pessoas de cor branca, 57,0% tinham concluído esse nível no país, enquanto essa proporção foi de 41,8% entre pretos ou pardos. (ESTATÍSTICAS SOCIAIS, 2020).

A desigualdade na educação brasileira é evidente entre as regiões do país e são agravadas pela segregação social e espacial da população muito antes da pandemia Covid-19. Isso é o que mostra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo IBGE.

Dentre outros indicadores, a pesquisa mostrou ainda que a taxa de analfabetismo está em 6,6%, o que corresponde a 11 milhões de pessoas, sendo que mais da metade (56,2% ou 6,2 milhões) vive na região Nordeste. Para pretos e pardos, a taxa é 5,3 p.p maior do que para brancos (8,9% e 3,6%) ... 21,7% (2,4 milhões de pessoas) viviam no Sudeste (ESTATÍSTICAS SOCIAIS, 2020).

Outra maneira de demonstrar essa desigualdade é mostrar a taxa de frequência escolar líquida, no nível fundamental (6º ao 9º ano), entre 11 a 14 anos de idade, em termos regionais, o Centro-Sul do país registrou taxas acima de 89%, já o Nordeste e Norte ficaram abaixo da média nacional, respectivamente, 83,4% e 79,6%. Para os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de frequência líquida era de 69,3%, em 2018. As regiões Norte (61,9%) e Nordeste (61,3%) tiveram as menores taxas (ESTATÍSTICAS SOCIAIS, 2020).

O Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTRADO/UFMG) em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) realizaram uma pesquisa com os(as) professores(as) da Educação Básica das redes públicas estaduais e municipais do Brasil. Os dados foram coletados no período de 08 a 30 de junho de 2020, por meio de questionário on-line autoaplicado, disponibilizado na plataforma Google Forms. A pesquisa intitulada como “Trabalho Docente em Tempos de Pandemia” buscou conhecer os efeitos das medidas de isolamento social em função da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho docente na Educação Básica nas redes públicas de ensino no Brasil (CNTE, 2020).

Quanto à avaliação sobre o ensino a distância, de acordo a figura 5, na visão dos professores que foram pesquisados, observou-se que quanto menor o nível de ensino, maior é o número de estudantes que não tem acesso aos recursos necessários para acompanhar as aulas remotas e realizar as atividades; 36,7 % dos professores

concordam que os alunos da educação infantil não têm acesso aos recursos; já o ensino médio são 32,5% dos profissionais que concordam com isso. O mesmo acontece com a autonomia dos estudantes para o acompanhamento dos conteúdos e atividades que são repassados, 34,6% dos profissionais concordam que os estudantes da educação infantil não têm autonomia, enquanto que 19,0% dos professores concordam que os alunos do ensino médio não possuem autonomia, o que interfere muito nessa maneira de trabalho é o acompanhamento familiar, que não conseguem mediar as atividades da maneira satisfatória para que aconteça a aprendizagem durante o ensino a distância (CNTE, 2020).



Figura 5. Pesquisa realizada pela GESTRADO/UFMG e CNTE, “Trabalhos Docentes em Tempos de Pandemia”. **Fonte:** CNTE, 2020.

A mudança de uma educação presencial em que o professor tem contato direto com o aluno, uma interação imediata, para um modelo de educação mediada pela tecnologia. Isso mostra um número de professores que se destacam por não se adaptarem aos novos recursos e por se sentirem inseguros em relação às transformações do novo modelo educacional do ensino público de educação básica constituído nesse período de emergência.

Sobre isso, é muito válido citar a pesquisa “Educação, Docência e a COVID-19” realizada pelo Programa USP Cidades Globais, sediado no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. A pesquisa aconteceu entre o período de 19 de maio a 07 de junho de 2020, por meio de questionário on-line, disponibilizado na plataforma Google Forms, com 19.221 respondentes, abrangendo 84 % dos municípios do Estado de São Paulo. A pesquisa destaca o impacto da pandemia do novo coronavírus sobre os professores da Rede Estadual de Educação aos quais foram questionados sobre o nível de segurança e as

transformações advindas com a nova maneira de ensinar, utilizando a tecnologia como instrumento pedagógico, mostrando que a maioria dos respondentes, ou seja, mais de 50 % se sentem inseguros ou muitos inseguros com as mudanças para uma educação mediada por tecnologia e apenas 17,2% sentem-se seguros ou muito seguros sobre essa mudança, como apresentado no gráfico da figura 6 (GRANDISOLI, JACOBI E MARCHINI, 2020).

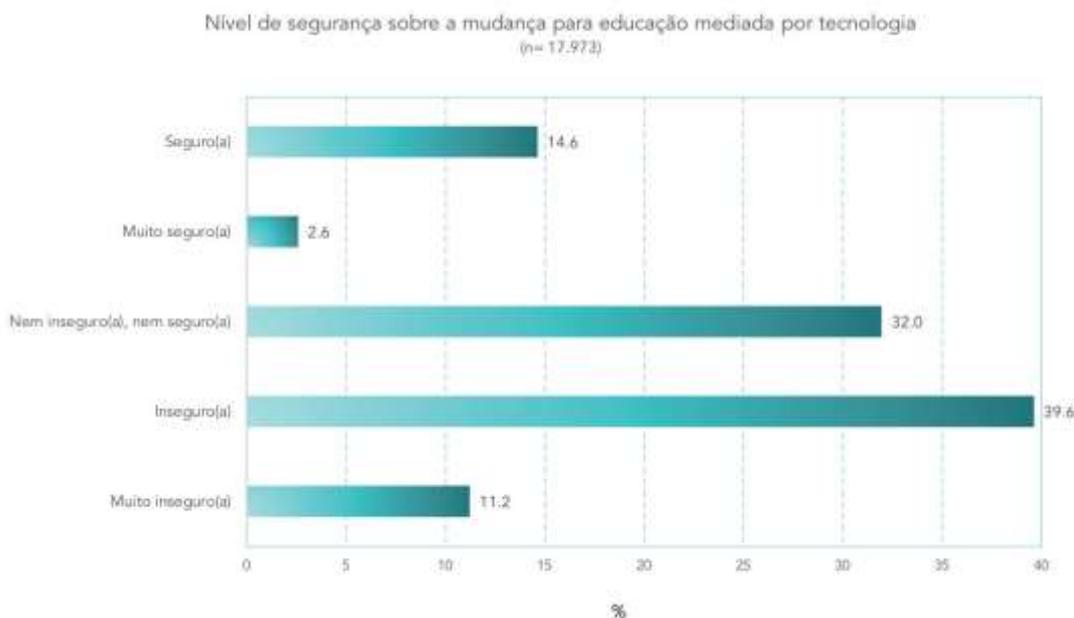


Figura 6. USP, Cidade Globais e (IEA) Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo Pesquisa “Educação, Docência e a COVID-19”. **Fonte:** Grandisoli, Jacobi e Marchini, 2020.

Considerado mais um dos entraves na execução das aulas remotas das redes públicas de ensino, haja vista que os professores são os interlocutores para que o ensino aconteça, existe um universo deles que necessita de curso, aperfeiçoamento e disponibilização de plataformas digitais para o trabalho virtual com confiança e segurança. Para isso há uma necessidade de haver diálogo com as secretarias municipais e estaduais para proporcionarem soluções eficazes.

Por sua vez, a pesquisa realizada pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB-Campus IX), entre os dias 20 de agosto e 18 de setembro, com objetivo de construir dados para subsidiar estudos e proposições da administração universitária para suas atividades finalísticas até que exista condição segura para retorno presencial, frente à pandemia do

novo coronavírus, registrou que entre os 1.714 docentes pesquisados, 84 % necessitam de treinamentos de acordo apresenta na figura 7 (NOVAES et al., 2020).



Figura 7. Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Pesquisa “UNEB 2020: Nós por Nós”.
Fonte: NOVAES et al., 2020.

É de suma importância que o poder público se mobilize para que os professores recebam as orientações e as contribuições adequadas, a fim de colaborar com a formação desses profissionais e garantir a oferta de ensino de qualidade para os alunos.

A educação a distância exige planejamento, organização, formação e investimento e vemos muitas dificuldades nesse âmbito, principalmente, nesse último item, quando quase sempre existem cortes no orçamento destinado a educação. Muitas escolas, sobretudo, públicas, não possuem infraestrutura para essa modalidade, não dispõem de plataformas e sistema que proporcionem o desenvolvimento e distribuição de conteúdo através de um ambiente virtual de aprendizagem, professores e professoras com formação adequada para trabalhar com a modalidade, não estando, assim como os estudantes, aptos para essa alternativa.

Ainda temos que contar com as dificuldades relacionadas ao aprendizado dos alunos, que é uma realidade na educação brasileira, mas durante a pandemia evidenciou-se muito mais. O isolamento social potencializa as dificuldades para tirar dúvidas e a ausência de interação social torna-se uma limitação desse modelo de ensinar. Segundo a professora e vice-diretora Ana Eliza, “a distância dificulta o trabalho pela ausência da proximidade, do olhar, da análise das emoções frente ao conteúdo apresentado” (EDUCA MAIS BRASIL, 2020).

Na aula presencial, o contato entre aluno e professor permite a criação de laços afetivos, que podem ter papel decisivo no processo de aprendizagem, pois há troca de conhecimento e informações, interação entre os participantes, despertando nos estudantes o interesse para novos saberes.

Para continuar os estudos, faz-se necessário que os estudantes se sintam inclusos no processo, mesmo afastados fisicamente do ambiente escolar, é preciso criar alternativas viáveis para diminuir a desigualdade e assegurar a aprendizagem durante a pandemia.

- Perspectivas para o retorno das aulas presenciais

Para que os estudantes permaneçam estudando, é preciso criar alternativas para suprir as necessidades, e assim diminuir as desigualdades entre si, encontrando maneiras efetivas de recuperar as lacunas desse período que, para alguns, foi só distante das escolas, mas para muitos, além de se distanciar de todo tipo de contato com o ensino, foi trágico, por perdas de pessoas queridas, por medo da contaminação e pela ansiedade e tensão psicológica provocada pela doença.

Desde o final de março de 2020, todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal estão com as aulas presenciais suspensas. Quase um ano depois do início da pandemia ainda, surgem dúvidas de como será o retorno às aulas, quais as possibilidades e os caminhos para esse retorno.

O período de emergência ainda não passou, mas o recomeço das atividades já está sendo planejado. As secretarias estaduais de Educação deram autonomia para as prefeituras decidirem o momento certo para começarem as aulas gradualmente, em conformidade com as orientações da Secretaria de Saúde.

De acordo com a nota técnica da Fiocruz do dia 22 de Junho de 2020 (FIOCRUZ, 2020):

Esse é um passo extremamente delicado no relaxamento do isolamento social, principalmente, quando se considera que não são apenas os alunos que serão expostos ao vírus, mas todo um seguimento social como transporte, professores, funcionários, cuidadores, entre outros. É importante lembrar que a maior parte dos casos graves da Covid-19, que podem levar as internações ou morte, está concentrada nas faixas etárias de adultos e idosos. No entanto crianças e adultos jovens podem também se infectar e apresentar quadros assintomáticos, leves ou mesmo grave da doença. [...]Vale ressaltar que a decisão de retomada das aulas, bem como o relaxamento do isolamento social dever ser tomado baseado no número de casos, óbitos e características da população dos municípios e seu entorno considerando a rede de influência das cidades (FIOCRUZ, 2020).

As escolas de algumas regiões brasileiras já retornaram às aulas; outras, estão organizando esse retorno, estudando como acolher os estudantes, pois como já descrito, muitos não conseguiram acompanhar as aulas remotas de maneira satisfatória. Muitos são os desafios que estão à espera dos professores, alunos, gestores e todos aqueles que fazem parte do processo da educação.

Referindo-se especificamente ao estado da Bahia, o Governo já revogou o Decreto nº 19.586, autorizando a retomada das atividades letivas nas unidades de Ensino Superior, públicas e particulares. Mas, caberá a cada instituição estabelecer o seu calendário de retorno às aulas, desde que os protocolos exigidos estejam devidamente implementados. Ainda assim, a decisão é facultativa, e cada faculdade e/ou universidade pode adotar a metodologia de ensino que considerar melhor e mais adequado para o momento (PORTAL OFICIAL DA BAHIA, 2020).

O retorno das aulas presenciais no Oeste Baiano está previsto de acontecer de forma escalonada: começando pelas universidades, depois Ensino Médio, Fundamental e, por último, a Educação Infantil. Em todos os casos, as normas de segurança serão exigidas, tais como: uso correto do álcool em gel que serão expostos nos corredores, as lotações

das salas serão metade dos alunos, pias extras serão instaladas para lavagem das mãos, distanciamento social de no mínimo 1,5 metro, são medidas protetivas individuais e coletivas, que deverão fazer parte do cotidiano das escolas.

Além de ter que lidar com as medidas protetivas, o retorno das aulas presenciais terá como um dos desafios a ser enfrentado pelas redes de ensino: o abandono escolar. Situações como a mudança de escola, a ida para a zona rural no intuito de fugir dos transtornos da pandemia ou mesmo a desistência de estudar enquanto perdure esse período podem ser comuns entre os estudantes do ensino fundamental. Para lidar com essa situação terão que ser adotadas medidas específicas para que os alunos possam prosseguir seus estudos, para com isso não haver a ampliação da desigualdade do nível de aprendizagem.

Para o enfrentamento da pandemia na volta às aulas presenciais, o CNE no parecer Nº: 11/2020 aponta a necessidade de assegurar condições de higiene e segurança nas escolas públicas, além de se atentar aos aspectos pedagógicos, em que apresenta a possibilidade de continuidade das atividades não presenciais em conjunto com possíveis aulas presenciais, com o objetivo de ampliar ou complementar o aprendizado do estudante. Para até corrigir ou amenizar as dificuldades de acesso a aprendizagem pelas aulas não presenciais (BRASIL, 2020b).

Para adequar as escolas aos protocolos sanitários, o CNE ressalta que o governo terá que fazer um grande investimento na infraestrutura das escolas, desde aquisição de equipamentos, reformas nos lavatórios, materiais de higiene, ensino remoto, alimentação, compra de infraestrutura tecnológica, na formação dos professores para o uso de novas metodologias e de tecnologias, patrocínio de pacotes de dados de internet e adicional da folha salarial para garantir aulas de recuperação e a possível abertura das escolas nos finais de semana (BRASIL, 2020b).

O CNE destaca ainda que o projeto de reabertura das escolas propõe medidas especiais da reorganização que serão realizadas em três etapas, de forma escalonada por níveis de ensino. Tendo como prioridade de retorno às crianças de educação infantil e dos anos iniciais, por serem crianças menores que têm mais dificuldade para desenvolver atividades não presenciais de modo autônomo (BRASIL, 2020b).

Para o CNE, o planejamento da volta às aulas ocorre em três frentes principais: acolhimento dos estudantes para que eles se sintam importantes, avaliações diagnósticas para identificar os níveis de aprendizagem dos estudantes e, a partir disso, estabelecer intervenções e a reorganização do espaço físico e a adoção das medidas de higiene necessárias para evitar a contaminação da COVID-19 (BRASIL, 2020b).

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Instituição Pública comprometida com ações de ensino, pesquisa e assistência à saúde, também está contribuindo para amenizar o retorno das atividades escolares presenciais, colaborando com orientações e ações que envolvam proteção, segurança e a promoção a saúde da população brasileira.

Para que a retomada das atividades presenciais nas escolas, desde a educação infantil até os jovens e adultos, seja feita de forma responsável, exige um planejamento que busque garantir a segurança da saúde individual e coletiva no sistema escolar. Sendo assim, deve ser repensada com muito cuidado e discutida com todos os envolvidos, uma vez que o quadro epidemiológico ainda apresenta grande instabilidade nacional.

Reconhecemos a escola como um agente estratégico para a promoção da saúde e prevenção de possíveis agravos. Deste modo identificamos como eixos importantes para este processo: a valorização do cenário epidemiológico da Covid-19, com destaque para a realidade loco-regional de onde está inserida a unidade e/ou rede escolar, observando que até o momento ainda estamos em situação de pandemia; aspectos de biossegurança; o processo de adoecimento pela Covid-19 com vistas ao melhor monitoramento e vigilância em saúde, permeado por incentivo de permanente diálogo com toda a comunidade escolar (FIOCRUZ, 2020b).

De acordo as orientações da Fiocruz 2020, para se ter o retorno das aulas de maneira segura, será preciso atentar-se a (FIOCRUZ, 2020b):

- Comunicação intersetorial (escola, atenção básica de saúde, serviço social).
- Vigilância e monitoramento da atividade viral do território, indicadores epidemiológicos (taxa transmissão, número de óbitos).
- Retorno gradual com turmas menores (coorte) com frequência (1-2 x por semana) e tempo de permanência menores. Esclarecidos da possibilidade novos fechamentos e aberturas, caso necessário.
- Educação para a saúde. Aprendizado e adaptação de novos hábitos no coletivo. Comunicação visual na escola.
- Mapear riscos profissionais e alunos.
- Condução no caso de suspeito – testagem (RT-PCR) na APS, isolamento e acompanhamento de casos e contatos.

Para o retorno das aulas presenciais é preciso seguir as seguintes Recomendações (FIOCRUZ, 2020b):

- Deve ser garantido o fornecimento adequado de água e sabão para higiene das mãos, ou álcool em gel a 70% e água sanitária para limpeza de superfícies.
- Garantir o distanciamento mínimo de 1,5 a 2m entre estudantes e estudantes, e entre estudantes e professores, bem como entre os demais funcionários.
- Dar preferência a ventilação natural e atividade ao ar livre.
- Garantir o uso de máscaras por todos os frequentadores das escolas maiores de 2 anos de idade.
- Orientar a correta confecção das máscaras (Tripla camada), transporte adequado para não haver contaminação da mesma, a forma correta de uso e higiene.
- A higiene das mãos com água e sabão ou álcool 70%.

O MEC, por meio da Portaria nº 572/2020 instituiu o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades presenciais nas Instituições, desde a Educação Básica ao ensino Superior (BRASIL, 2020e).

- I - promover a divulgação, no ambiente escolar, das regras e orientações para colocação, uso, retirada e descarte correto e seguro de máscaras e medidas de prevenção ao contágio;
- II - atuar de forma integrada com serviço de segurança e de medicina do trabalho;
- III - incentivar a implementação de medidas de prevenção e controle, por toda a comunidade escolar, para evitar ou reduzir ao máximo a transmissão de micro-organismos; e
- IV - estimular ações para manutenção de um ambiente seguro e saudável para alunos, servidores e colaboradores.

Essas são algumas estratégias e critérios para o retorno das atividades escolares de maneira presencial, mas para que isso aconteça devem ser reforçadas as orientações por especialistas e o setor da saúde do estado ou do município, para que haja maior segurança nas escolas e sem prejuízo das medidas de prevenção, combate e controle à pandemia da COVID-19.

Diante do quadro que se tem no Brasil, ainda de muitas incertezas, a situação inspira muitos cuidados e atenção. Por isso, vale ressaltar que o retorno das aulas presenciais nas localidades que já iniciaram pode ser interrompido a qualquer momento, de acordo com a avaliação e monitoramento diário, se as condições de reabertura não estiverem sendo

seguras ou se mostrar indicadores de pico para o aumento do vírus, as aulas deverão ser suspensas e novas alternativas deverão ser adotadas.

Conclusão

Medidas eficazes para manter o controle da disseminação da pandemia COVID-19 no Brasil foram tomadas e a prática do distanciamento social foi uma alternativa encontrada para conter o vírus. Uma das medidas tomadas foi a suspensão das aulas presenciais e para os alunos não ficarem prejudicados e não terem grandes perdas em nível de aprendizagem, grande parte das instituições de ensino deu continuidade aos processos educativos por meio do ensino remoto ou não presencial.

Aos docentes, ficou o desafio de aprender e dominar em tempo mínimo as mídias e os recursos tecnológicos para interagir com seus alunos, sem formação adequada, sem se sentir preparado. Assim coube ao professor enfrentar os seus medos e planejar ações que pudessem alcançar a todos os discentes, além de propor alternativas de metodologias para que os discentes se sentissem acolhidos, e assim foi disseminado o conhecimento, promovendo a integração entre seus pares e a socialização da aprendizagem.

Com essa pesquisa bibliográfica, ficou claro que mesmo que o professor consiga fazer seu trabalho, perpassando pelos obstáculos que imperam no mundo digital, eles não conseguiram inserir todos os estudantes nesse contexto de aprendizagem, devido a esses não terem acesso à tecnologia, não possuírem recursos apropriados e nem uma boa conexão com a internet, reforçando as desigualdades sociais, fielmente comprovadas com a exclusão digital.

Diante de toda insegurança sobre o futuro, pelo fato de não ter previsões ou soluções palpáveis, o retorno das aulas de forma presencial sem os devidos cuidados é no mínimo temerário. Esse retorno está sendo organizado pelas autoridades responsáveis dos municípios juntamente com as autoridades da saúde, estes devem adotar protocolos de segurança sanitária rígidos, mantendo distância adequada entre alunos, evitando compartilhamento de materiais, promovendo a higienização recorrente dos espaços, disponibilizando em materiais de higiene pessoal e equipamentos de segurança, além de

realizar um trabalho de orientação e formação das práticas preventivas a professores, funcionários, alunos e famílias. Estas ações exigirão investimento por parte das escolas e dos governantes responsáveis, além do autocuidado por partes dos estudantes.

Por isso vários órgãos e instituições lançaram um Protocolo de Biossegurança para o retorno às aulas presenciais através de cartilhas e manuais, em que apresentam medidas de prevenção e segurança às instituições que planejam o retorno presencial de suas aulas, ressaltando que cada instituição possui autonomia para definir a data de retorno presencial, considerando o que for estabelecido pelas autoridades locais.

No estado da Bahia, as aulas presenciais estão sendo planejadas pelas autoridades responsáveis, com o intuito de diminuir os prejuízos educacionais causados pela pandemia. Assim que tiver condições de retorno, serão retomadas as atividades presenciais nas escolas, administrando novas práticas a partir das perspectivas científicas sobre os cuidados de prevenção, promoção e reabilitação em saúde.

Referências

ABE, S. K. Os desafios enfrentados pelos educadores na pandemia. **Portal CENPEC Educação**, 28 de mai. de 2020. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/os-desafios-enfrentados-pelos-educadores-na-pandemia>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, 20 de mar. de 2020. **Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.** Senado Federal, mar. 2020c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 2.494, de 10 de fev. de 1998. **Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).** Brasília, DF, fev. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Decreto n.º 9.057, de 25 de mai. de 2017. **Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, DF, fev. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=65251-decreto9057-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. **Diário Oficial Da União**. Brasília, DF, 18 ago. 2020; Edição, 159, seção, 1, p. 4. 2020d. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.040-de-18-de-agosto-de-2020-272981525>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020. **Diário Oficial Da União**. Brasília, DF, 1 abr. 2020; Edição, 63-A, seção, 1, extra, p. 1. 2020e. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 5/2020**. Brasília – DF: Ministério da Educação, 28 abr. 2020a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14511-pcp005-20&category_slud=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 11/2020**. Brasília – DF: Ministério da Educação, 07 jul. 2020b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2020-pdf/148391-pcp011-20/file>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

BRASIL. Portaria nº 572, de 1º de jul. de 2020. **Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências**. Publicado em, 02 de jul. de 2020, Edição, 125, Seção, 1, Página, 30, 2020f. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-572-de-1-de-julho-de-2020-264670332>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Trabalho Docente em Tempos de Pandemia**: relatório técnico. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2020. Disponível em: <https://anped.org.br/sites/default/files/images/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestado_v02.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

COUTO, E. S.; COUTO, E. S; CRUZ, I. M. P. # Fiquemcasa: educação na pandemia da Covid-19. **Interfaces Científicas-Educação**, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020.

EDUCA MAIS BRASIL. Pedagogos superam desafios para dar aulas durante a pandemia. **Educa mais Brasil**, 20 de maio de 2020. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/pais/pedagogos-superam-desafios-para-dar-aulas-durante-a-pandemia-1.2247697>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

ESTATÍSTICAS SOCIAIS. PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. **Agência IBGE Notícias**, 15 de jul. de 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia Covid-19**: Nota técnica. 2020b. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/contribuicoes_para_o_retorno_escolar_-_08.09_4_1.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Populações em risco e a volta as aulas: Fim do isolamento social**: Nota Técnica. 12 a 22 de jul. de 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/nota_tecnica_12_monit_oracovid19.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

GLOBO NOTÍCIAS. Após 22 dias de apagão no Amapá, distribuidora e governo dizem que rodízio terminou e que energia foi retomada em 100%. **Globo notícias**, 24 de nov. de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/11/24/amapa-entra-no-22o-dia-de-apagao-com-novo-transformador-ligado-na-subestacao-que-pegou-fogo.ghtml>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

GRANDISOLI, E.; JACOBI, P. R.; MARCHINI, S. Pesquisa Educação, Docência e a COVID-19. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 2020. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/pesquisa-educacao-docencia-e-a-covid-19>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. 29 de abr. de 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/10d5c0576ff8d726467f1d4571dd8e62.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA AO CONSUMIDOR - IDEC. **Idec aponta baixa qualidade dos serviços de energia no Brasil**. 16 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://idec.org.br/idec-na-imprensa/idec-aponta-baixa-qualidade-dos-servicos-de-energia-no-brasil>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2019**. 19 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/cento-escolar>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

MARQUES, R. A resignificação da educação e o processo de ensino e aprendizagem no contexto de pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 3, n. 7, p. 31-46, 2020.

MOREIRA, D. J. S.; OLIVEIRA, V. F. L.; GONÇALVES, W. G. L. A Importância do Isolamento Social no Contexto da Pandemia de Covid-19 | Ligas. **Sanar Medicina**, 2020. Disponível em: <<https://www.sanarmed.com/a-importancia-do-isolamento-social-no-contexto-da-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

NOVAES, I. et al. Nós por nós. **Universidade do Estado da Bahia**, set. de 2020. Disponível em: <https://portal.uneb.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2020/10/Resultado-Pesquisa-UNEB-2020_compactado.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PEREIRA, L. C. Pandemia e os desafios da educação: primeiras aproximações. **Culturas & Fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 58-72, 2020.

PORTAL CENPEC EDUCAÇÃO. Ouvimos seus educadores! **Portal CENPEC Educação**, jul. de 2020. Disponível em: <<https://datastudio.google.com/embed/u/o/reporting/f3b5d3f9-7e6c-4950-a832-8408e14059d4/page/qgR>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PORTAL OFICIAL DA BAHIA. Estado autoriza retorno das atividades letivas nas instituições de Ensino Superior a partir do dia 3 de novembro. **Portal Oficial Da Bahia**, 29 de out. de 2020. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/2020/10/noticias/governo/estado-autoriza-retorno-das-atividades-letivas-nas-instituicoes-de-ensino-superior-a-partir-do-dia-3-de-novembro/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

SANTOS, E. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença?# livesdejunho. **Revista Docência e Cibercultura. Notícias**, 2020.

UNESCO. **Educação: da interrupção à recuperação**. 2020. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.